

Procuradoria
Geral do
Estado



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL

TERMO DE ACORDO N. 250/2022-PGE/CCMA

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno de natureza autárquica, neste ato representado pelo seu Presidente, **VINÍCIUS DE CECÍLIO LUZ**, devidamente assistido pela Procuradora do Estado, **GÉSSICA CRUVINEL PEREIRA PEIXOTO**, OAB/GO n. 47.061, doravante denominado PRIMEIRO ACORDANTE; **LUCAS ALVES DOS SANTOS**, matrícula ***291-67, representado(a) por **RUTH KARLLA DOS SANTOS**, matrícula ***463-00, doravante denominado(a) como SEGUNDO(A) ACORDANTE, com fundamento nos artigos 6º e 29, § 1º, Lei Complementar estadual n. 144/2018, artigo 38-A, Lei Complementar estadual n. 58/2006, artigo 3º, §2º, Código de Processo Civil/2015, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, bem como o que consta nos autos SEI n. 202200022078529, resolvem firmar o presente termo de acordo na **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**, mediante observância das cláusulas e condições abaixo especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA

1.1. Trata-se de solicitação de tratamento multidisciplinar formulado pelo(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, diante do diagnóstico de transtorno do espectro autista, apresentando déficits de linguagem verbal e não verbal, comprometimento da comunicação, limitações na socialização e interação social, comportamentos repetitivos, movimentos estereotipados, inflexibilidade à mudanças, razão pela qual lhe foi prescrito o seguinte tratamento:

- a) Psicologia Infantil ABA – 15 horas/semana e Assistente terapêutica;
- b) Fonoterapia Infantil ABA – 06 horas/semana;
- c) Terapia Ocupacional Infantil ABA – 6 horas/semana;
- d) Musicoterapia ABA – 02 horas/semana;
- e) Hidroterapia – 02 horas/semana;
- f) Psicopedagogia – 03 horas/semana;
- g) Psicomotricidade – 03 horas/semana.

1.2. Após regular trâmite processual, manifesta-se a unidade consultiva do PRIMEIRO ACORDANTE (000034934616):

Ruth Karlla dos Santos

Como bem pontuado pela Gerência de Auditoria, embasada nas informações do Setor Técnico, as terapias pelo método ABA, de fato, não estão contempladas pelo rol de procedimentos do IPASGO, o que, a princípio,

impediria a cobertura administrativa. Inobstante, no caso em apreço e demais envolvendo tratamento multidisciplinar para TEA, o melhor caminho é a transação extrajudicial, como passa-se a demonstrar.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conduziu pesquisa na qual constatou-se um crescimento de 130% nas demandas de primeira instância entre os anos de 2008 e 2017¹. Especificamente, no IPASGO, o número de ações judiciais teve um salto de 67,9% no período entre 2016 e 2019². Observa-se, portanto, a premente necessidade de racionalizar recursos e encontrar alternativas de solução de conflitos, dentre elas a conciliação.

É de salutar importância destacar que, em virtude da Lei Complementar Estadual n. 144/2018, foi criada a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, vinculada à Procuradoria-Geral do Estado, incentivando, ainda mais, ao Administrador Público que cumpra o seu dever de propagar e estimular a conciliação e exaurir todas as medidas possíveis de resolução antes de caminhar pela judicialização da questão.

Embora, no IPASGO, a cultura de conciliação ainda esteja caminhando a passos lentos, em específico no caso dos tratamentos multidisciplinares, já está pacificada a necessidade de resolução administrativa dos conflitos. Isso, porque, o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, seguindo o Superior Tribunal de Justiça, é de ser obrigatória a cobertura e custeio do tratamento multidisciplinar pelo método ABA (ou outro prescrito pelo médico, desde que baseado em evidências científicas)³.

Ademais, o Enunciado n. 99 das Jornadas de Direito da Saúde do CNJ reconhece ser obrigatória a cobertura, pelos planos de saúde, o tratamento multidisciplinar para Transtorno do espectro autista:

"O tratamento multiprofissional do transtorno do espectro autista é de cobertura obrigatória por parte das operadoras de saúde, as quais devem viabilizar ao beneficiário ou equipe multiprofissional credenciada pela operadora de saúde, desde que o método seja reconhecido pelos respectivos conselhos de classe dos profissionais integrantes da referida equipe multiprofissional, ou que esteja expressamente previsto no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS".

Em 23 de junho de 2022, por meio da Resolução Normativa n. 539, a Agência Nacional de Saúde, alterou a RN n. 465/2021, para regulamentar a cobertura obrigatória de sessões com psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, para o tratamento/manejo dos beneficiários portadores de transtorno do espectro autista e outros transtornos globais do desenvolvimento, assim dispendo:

"Art. 6º (...)

§ 4º Para a cobertura dos procedimentos que envolvam o tratamento/manejo dos beneficiários portadores de transtornos globais do desenvolvimento, incluindo o transtorno do espectro autista, a operadora deverá oferecer atendimento por prestador apto a executar o método ou técnica indicados pelo médico assistente para tratar a doença ou agravo do paciente".

Conquanto o IPASGO não esteja submetido ao poder fiscalizatório da ANS, em razão da necessidade de interpretação coesa e lógica do sistema jurídico, deve observar as normas não conflitantes com a legislação específica do órgão.

Em acréscimo, no EREsp nº 1886929 / SP, que tramitou na sistemática dos recursos repetitivos, sagrou vencedora a tese de que o rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar é, em tese, taxativo, sendo que a operadora de plano de saúde não é obrigada a arcar com tratamento não constante do rol, se existe, para a cura do paciente outro procedimento eficaz, efetivo e seguro já incorporado, fixando algumas exceções.

O Enunciado n. 97 das Jornadas de Saúde do CNJ reconhece que:

"As solicitações de terapias alternativas não previstas no rol de procedimentos da ANS, tais como equoterapia, hidroterapia e métodos de tratamento, não são de cobertura e/ou custeio obrigatório às operadoras de saúde se não estiverem respaldadas em Medicina Baseada em Evidência e Plano Terapêutico com Prognóstico de Evolução".

Portanto, a princípio, não é possível a transação extrajudicial para o fornecimento das terapias não inseridas no rol ANS, tais como hidroterapia, musicoterapia, equoterapia, Psicomotricidade dentre outros.

Assim, não mostra-se legítimo o deferimento da **psicomotricidade**. Instado a analisar tecnicamente a indicação de psicomotricidade para o tratamento/manejo de autismo, o NATS da UFMG, por meio da Nota Técnica n. 29/2017, concluiu que "*quanto à Fonoaudiologia com os métodos ABA, Teacch, Pecs e Floortime, Terapia Ocupacional com Integração Sensorial e com os métodos ABA e Floortime, Psicoterapia Cognitivo*

Rute Karillo

Comportamental pelo método ABA, Equoterapia, Hidroterapia, Psicomotricidade e Musicoterapia, não existem evidências científicas, que corroborem sua efetividade no tratamento de pacientes portadores de TEA, em detrimento das terapias previstas no ROL da ANS. Portanto, não há justificativa clínica para utilização destes métodos em relação aos ofertados no rol da ANS" - anexa.

Quanto ao fornecimento de **musicoterapia**, o mesmo não poder ser feito, pois este não é de cobertura obrigatória por parte dos planos de saúde por não estarem inseridas no rol da ANS.

O PARECER TÉCNICO Nº 39/GEAS/GGRAS/DIPRO/2018 trouxe que os procedimentos PILATES, REEDUCAÇÃO POSTURAL GLOBAL (RPG), HIDROTERAPIA, MUSICOTERAPIA, ARTERAPIA, MASSOTERAPIA e EQUOTERAPIA não se encontram listados no Anexo I da RN nº 428, de 2017. Portanto, os procedimentos em tela não possuem cobertura em caráter obrigatório.

Em relação à figura do psicopedagogo, é interessante trazer excerto do voto do julgamento, pelo E. TJ/SP, no julgamento da apelação cível n. 1098347-81.2019.8.26.0100, de relatoria do Des. Edson Luiz Queiroz:

"A questão ganha relevância no presente caso, porque a profissão psicopedagogo não está regulamentada no país. Sequer há descrição dessa ocupação específica na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho.

Em buscas acerca da formação desse profissional, encontramos o curso de especialização em psicopedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que coloca como objetivos do curso a atuação na aprendizagem e na linguagem:

O Curso de Especialização em Psicopedagogia oferece subsídios para reflexão sobre aspectos relacionados às dificuldades de aprendizagem e ao desenvolvimento psicossocial de crianças, jovens e adultos. As disciplinas enfocam a fundamentação e a prática psicopedagógica e propiciam o estudo de temas como desenvolvimento do raciocínio, diagnóstico psicopedagógico e patologia da linguagem, entre outros. A matriz curricular conta, ainda, com disciplina eletiva (optativa), que promove a atualização e o aprofundamento de temas voltados para a área de interesse dos alunos, como, por exemplo, arteterapia, dislexia, educação inclusiva, psicopedagogia hospitalar.

Objetivos

- a) Capacitar os profissionais para o trabalho de intervenção psicopedagógica, oferecendo-lhes conhecimento para atuarem tanto na prevenção quanto no tratamento dos problemas de aprendizagem, em uma abordagem psicopedagógica clínica, que considera o sujeito no seu meio escolar, sociocultural e familiar;
- b) possibilitar a construção de conhecimento na área da Psicopedagogia por meio da pesquisa³.

A Universidade Federal de São Carlos também conta com curso de especialização em psicopedagogia, cuja '...proposta é formar profissionais que compreendem os processos de aprendizagem, desde suas bases neurobiológicas, psicológicas e ambientais, até a conscientização sobre a diversidade humana, inclusão social, equidade e valorização dos potenciais de aprendizagem. **Com carga horária total de 600 horas, o curso é voltado para pedagogos, professores licenciados, psicólogos, fonoaudiólogos e demais profissionais das áreas da Educação e da Saúde**'.

Como se nota, a especialização é voltada para atuação em distúrbios da aprendizagem e sequer exige formação na área de saúde (grifo nosso).

Professores e demais profissionais da área de educação podem ser psicopedagogos. **Assim sendo, o que se verifica é que, embora se socorra de alguns conceitos da psicologia para desenvolver seu trabalho, a natureza do serviço do psicopedagogo está voltada para aprendizagem, portanto área de educação**" - destacado.

Em acréscimo, a Nota Técnica n. 10403, do banco de dados no NATJUS/CNJ, manifestou-se desfavoravelmente à cobertura de psicopedagogia pela operadora de plano de saúde para tratamento de paciente com transtorno do espectro autista, argumentando que "o acompanhamento pedagógico é de responsabilidade da instituição de ensino onde a criança estuda, portanto, responsabilidade da Secretaria de Educação" - destacado.

Quanto ao assistente terapêutico, este vem a ser um **facilitador do processo educacional**, e não insere-se no conceito de tratamento de saúde, não estando previsto no rol da ANS e nem no Rol IPASGO, inexistindo evidências científicas consolidadas sobre a eficácia e efetividade do assistente para o tratamento do paciente, conforme decidido pelo STJ no julgamento dos EREsp 1886929 e EREsp 1889704, o plano de saúde não é obrigado a pagar procedimento fora do rol.

Ruth Koelle

No que tange ao número de sessões, a Resolução Normativa n. 469, de 9 de julho de 2021, acatando o posicionamento majoritário nacional, alterou a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, determinando, assim, ser obrigatória a cobertura do número ilimitado de sessões de com fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e/ou psicólogo para os pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos globais do desenvolvimento.

1.3. Em 07.11.2022, exercido o juízo de admissibilidade pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (000035223116);

1.4. A atuação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual é regida pelos princípios da independência, da imparcialidade do(a) mediador(a), da autonomia da vontade dos interessados, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade, da boa-fé e da decisão informada, previstos no artigo 166, Código de Processo Civil/2015 e artigo 2º, §1º, Lei Complementar estadual n. 144/2018, todos contemplados nas tratativas mediativas desenvolvidas;

1.5. Nos termos do artigo 29, Lei Complementar estadual n. 144/2019, autorizada aos(às) Procuradores(as) do Estado a viabilização de acordos, desde que a pretensão econômica não ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos;

1.6. O mesmo diploma legal estabelece em seu artigo 6º, enquanto princípio na celebração dos acordos pela Administração Pública, a redução do dispêndio de recursos públicos na instauração, condução e acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nos quais os custos suprem o potencial benefício decorrente dos prognósticos dos seus resultados, o que verifica-se no particular;

1.7. Lado outro, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, estabelece o artigo 20 que a esfera administrativa não poderá decidir com bases em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, tendo esta que demonstrar a necessidade e adequação da medida imposta;

1.8. Conforme artigo 22 de sobredito diploma legal, na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e dificuldades reais do(a) gestor(a) pública, bem como as exigências das políticas públicas a seu cargo, cujas circunstâncias práticas deverão ser consideradas quanto à ação condicionada;

1.9. Considerando, por fim, que a celebração de acordo é recomendada pelos princípios da isonomia, efetividade, eficiência, economicidade e vantajosidade, resolvem as partes, com fundamento nos dispositivos legais retromencionados e nos princípios referenciados, firmar o presente, observadas as condições abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. As partes resolvem celebrar o presente acordo, comprometendo-se o PRIMEIRO ACORDANTE a cumprir obrigação de fazer em favor do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, de promoção de sessões de Psicologia Infantil ABA – 15 horas/semana, Fonoterapia Infantil ABA – 06 horas/semana e Terapia Ocupacional Infantil ABA – 6 horas/semana, conforme consta no relatório médico anexado aos autos;

Parágrafo único. Ficam excluídas as sessões de Psicopedagogia, Musicoterapia, Hidroterapia, Psicomotricidade e o Assistente Terapêutico, por não estarem ligadas a área da saúde, não ter comprovação científica e não estarem inseridas no rol da ANS;

2.2. Os profissionais que atenderão o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, referente ao item 2.1, *caput*, serão definidos após a apresentação de 03 (três) orçamentos cotados por ele(ela), observando-se a sintonia com os valores já cotados pelo PRIMEIRO ACORDANTE e comprovando-se a especialização definida ao tratamento;

§1º Serão selecionados os orçamentos de menor valor;

§2º Os documentos de comprovação da regularidade de inscrição do profissional, formação e especialização, além dos orçamentos iniciais, deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico prosetorial@ipasgo.gov.br;

2.3. Considerando a inexistência de profissionais especializados na rede credenciada, referente ao item 2.1, *caput*, o PRIMEIRO ACORDANTE realizará a cobertura será mediante depósito na conta bancária dos genitores da importância referente a 3 (três) meses tratamento;

§1º O custeio mediante depósito bancário dos valores permanecerá até que seja realizada contratação e/ou credenciamento de profissionais aptos a atender pelo método ABA pela rede do PRIMEIRO ACORDANTE, ocasião em que, havendo a disponibilização, o tratamento será migrado;

§2º Compromete-se o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE a realizar a prestação de contas mensalmente, até o 5º dia útil do mês seguinte ao do tratamento, mediante encaminhamento dos documentos solicitados pela auditoria, os quais deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico terapiasgeaud@ipasgo.gov.br;

2.4. Constatadas inconsistências, serão solicitadas as devidas correções pelo PRIMEIRO ACORDANTE ao(à) SEGUNDO(A) ACORDANTE, nos 15 (quinze) dias seguintes via correspondência eletrônica ou contato telefônico;

Parágrafo único. Não sendo possível o saneamento da inconsistência, o PRIMEIRO ACORDANTE abaterá o respectivo valor do depósito seguinte;

2.5. Comprometem-se os genitores do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE em receber treinamento para atuarem, eles mesmos, como assistentes no tratamento;

2.6. O presente ajuste importa em renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico;

§1º O(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE dar-se-á por plenamente satisfeito, nada mais tendo de reclamar em juízo ou fora dele quanto a eventuais direitos decorrentes do objeto do acordo, abrangente de sua situação clínica atual;

§2º Em face de ulteriores modificações de quadro clínico sugestivas de adequação do plano terapêutico, eventuais alterações poderão ser celebradas mediante aditivo ao presente acordo;

2.7. O descumprimento do acertado por alguma das partes implica na rescisão do presente acordo;

2.8. O presente acordo possui caráter intransferível, irrevogável e irretroatável.

Procurador(a) - Usuário

OAB/GO n. _____

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual

Patrícia Vieira Junker

Mediadora

OAB/GO n. 33.038

(Assinatura Eletrônica)

R. de Carvalho dos Santos



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIEIRA JUNKER, Mediador (a)**, em 07/11/2022, às 20:35, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS DE CECILIO LUZ, Presidente**, em 09/11/2022, às 11:23, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA FURTADO MAIA, Procurador (a)**, em 09/11/2022, às 11:43, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000035223120** e o código CRC **3A8D08D4**.

CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL
RUA 2 293 Qd.D-02 Lt.20, ESQ. COM A AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO, ED.
REPUBLICA TOWER - Bairro SETOR OESTE - GOIANIA - GO - CEP 74110-130 - (62)3253-8500.



Referência: Processo nº 202200022078529



SEI 000035223120